

JOÃO MARTINS PEREIRA *

A NATUREZA INSTRUMENTAL DAS FORÇAS ARMADAS:
O EXEMPLO DO 25 DE ABRIL

Em Junho de 1975, por ausência do então Ministro da Indústria (o Eng.º João Cravinho), fui um dia chamado a participar no único Conselho de Ministros a que até hoje assisti. Por lá estive umas duas horas, a maior parte das quais foi ocupada com uma laboriosa discussão sobre «se se deviam ou não construir novas cabinas de portagem na margem sul da Ponte de Vila Franca, ou simplesmente acabar com a portagem, ou etc., etc.». E no tempo restante não houve igualmente vestígios de qualquer debate político. Se nos recordarmos da referência política que então *no exterior* se vivia, não surpreenderá que eu tenha ficado perplexo ao ver o empenho com que as principais figuras políticas de então se envolviam na discussão de tais insignificâncias. Foi claro, para mim, que não era aquela a sede do poder, que não era ali que se «fazia política» (a nível institucional). Forte ou fraco, o poder era efectivamente militar, era aí que tudo em definitivo se jogava. Mas, *que poder era esse?* Qual o «seu» *projecto político*?

1. Entendo que um *projecto político* tem de comportar basicamente:

— uma concepção de organização da sociedade, expressão mais ou menos coerente de uma ideologia de classe, fracção de classe ou grupo de interesses sociais homogéneo (ideologia que pode não ser *manifesta*, mas é geralmente «legível» sem dificuldade);

* Engenheiro.

— uma intenção/projecto de luta pela conquista e pelo exercício do poder, a fim de dar corpo à 'organização social' proposta.

Sendo assim, dificilmente se pode falar de «projecto político» no caso de organizações partidárias cujo único objectivo é o Poder por si-mesmo (e pelos privilégios que comporta, nem que seja tão só o de aparecer na televisão...), sem qualquer coesão ideológica aparente ou qualquer visão consistente do «social» ou do «cultural». E o mesmo se pode dizer das chamadas minorias culturais, que exprimem uma visão de um «social-ideal», mas não aspiram ao poder, já que só *virtualmente* representam interesses sociais com suficiente «massa crítica», e se projectam num futuro indefinido (se não mesmo «intemporal»).

2. As Forças Armadas são uma *instituição*, socialmente heterogénea e com estrita vocação de gestão dos chamados «meios de defesa», isto é, não são uma organização com *competência* para aspirar ao poder ou para exercê-lo. Na realidade, enquanto instituição, são constituídas por um reduzido núcleo de elementos profissionais permanentes, cujo único projecto «natural» é o da sobrevivência da instituição e manutenção dos seus privilégios. Sucede, no entanto, que pela sua própria função e necessidade de coesão das «tropas» (que, não pertencendo à instituição, são a sua «massa de manobra», e também o que a justifica e lhe confere dimensão), esse aparelho estruturado e *armado* se alimenta de certos «valores» como hierarquia, ordem, dever, disciplina, espírito de missão, espírito de sacrifício, obediência cega, «entrega», etc., etc. e, por razões históricas que nada têm de «natural», se considera depositário dos chamados «valores pátrios»: o patriotismo, a bandeira, o heroísmo, o culto dos antepassados, a perenidade da nação, etc., etc. ⁽¹⁾. Por tudo isto, o aparelho militar tende a ser fortemente conservador, e não é por acaso que as incursões militares na política quase sempre se fazem *em ligação* com (ou como suporte de) projectos políticos conservadores. O próprio funcionamento profundamente anti-democrático da organização militar reforça essa tendência e torna a instituição extremamente vulnerável cada vez que — o que é raro — o aparelho militar se coloca ao lado de movimentações políticas de sentido democrático.

⁽¹⁾ Sou, pois, dos que pensam que é legítimo falar de uma «ideologia militar», o que não é o mesmo que uma «ideologia política».

Explicitamente, contudo, a instituição militar nunca «toma partido»: as suas intervenções na esfera política são sistematicamente feitas em nome da «salvação nacional», ainda que quase sempre seja bem claro o projecto político ao serviço do qual, em dado momento, se colocaram.

Em resumo: a relação com a política da instituição militar é sempre *instrumental*; é de «empréstimo» o projecto político de que são o instrumento (ou o «braço armado»).

3. A intervenção das Forças Armadas no 25 de Abril não foge basicamente a estas regras: a guerra colonial apresenta-se, a partir de dado momento, às Forças Armadas, como um «beco sem saída», *uma ameaça à própria instituição*, a quem se exige a solução militar de um problema que, cada vez mais claramente, o poder político não está em condições de resolver. Surgem as divisões *dentro* das próprias Forças Armadas: entre quadro permanente e milicianos, entre «políticos» e profissionais, entre subalternos e generais, entre os que já fizeram mais ou menos «comissões no Ultramar», entre os que já acumularam um bom pecúlio e os tansos ou os honestos. Multiplicam-se as deserções, grassa a corrupção, escasseiam as «vocações». Estão criadas as condições para a intervenção na área da política, intervenção necessariamente de sentido democrático: uma das tais ocasiões excepcionais que só raramente as circunstâncias propiciam com tamanha «evidência». Com efeito, um golpe «ultra», em favor dos sectores que acusavam o regime de tibieza na política colonial, que chegou a imaginar-se possível, não o era *de facto*, pois não só «estoiraria» com os restos de coesão da instituição, como — e isso foi decisivo — as próprias forças económicas e sociais mais poderosas já tinham deixado de apostar no «colonialismo até ao fim».

Com o que fica dito não se está de nenhum modo a minimizar o papel dos oficiais «politizados», do quadro permanente e (talvez sobretudo) milicianos, a quem a guerra mostrou sem disfarces a realidade da exploração colonial: eles fizeram o que sempre alguém, em tais circunstâncias, *tem de fazer*, ou seja dar a justificação e o impulso para a acção, o que não pode significar, em todo o caso, dar à instituição um projecto político no sentido que lhe demos.

4. O «Programa do MFA» não vai, também, constituir excepção à regra enunciada: é um programa de «salvação nacional» (nele se diz expressamente «de salvação da Pátria»), cujos considerandos assentam, em exclusivo, na necessidade de uma «política ultramarina que conduza à paz» — à paz, digo eu,

também dentro das próprias Forças Armadas... — e que desenha um simples projecto de democratização «clássica», visando a constituição de um poder civil, com um toque socializante ao falar de «estratégia anti-monopolista» e da «defesa dos interesses das classes trabalhadoras». Mas, porque na sequência muito se acentuou este aspecto «avançado» do Programa, convém recordar que o tão desacreditado «Programa para a democratização da República», de 1961 (pouco antes do início da luta de libertação de Angola), era afinal bem mais avançado *em todos os domínios*, em particular se atendermos à época em que foi redigido (nele se fala explicitamente de uma «planificação económica nacional», na prioridade a «empresas de economia mista, com comparticipação dos assalariados», na «reforma agrária», num «Plano nacional de habitação» e numa «política do solo» que «anule o objectivo exclusivamente lucrativo da construção» e o «livre jogo especulativo», etc., etc.).

O Programa do MFA é, verdadeiramente, o programa de uma *primeira* (ou ante-primeira) *coligação*, já que todas as forças políticas e sociais nele se podiam reconhecer, através das tão famosas «interpretações» (a progressista, a social-democrática, a reaccionária, etc.). É essa «coligação» inicial que vai dar origem, desde logo, aos governos civis de coligação, em que se pretendia estarem representados todos os «quadrantes políticos». O MFA reservou-se o papel de guardião da democracia — do seu programa — até esta estar institucionalizada, só não prescindindo de um papel activo na questão da descolonização (como dentro em pouco se veio a constatar no primeiro conflito com Spínola), aquela mesma que pusera em risco a instituição e politicamente motivara o 25 de Abril.

5. As coisas, finalmente, não se passaram com a simplicidade que os autores do Programa porventura anteviam:

— os governos de coligação, que são quase sempre governos fracos mas conseguem subsistir em situações de estabilidade, vão aqui defrontar uma «explosão social» que ameaça pôr em causa todos os equilíbrios económicos e sociais. O MFA não pode evitar a intervenção quotidiana, a todos os níveis, e com isso se vai configurando o único poder efectivo, para o qual todos remetem a última decisão ou a última arbitragem. Quem ainda se lembra dos pequenos grupos de 2 ou 3 jovens oficiais que eram enviados, como bombeiros, para resolver nas empresas conflitos que a cada hora surgiam naqueles primeiros tempos?

— não sendo, porém, uma «força social» homogénea (ou dela «representante político»), o MFA não vai passar de um concentrador-(di)gestor das tensões sociais e dos conflitos de classe, de uma espécie de *coligação de última instância* onde essas tensões virão, melhor ou pior, a ser «resolvidas». Mas, insista-se, coligação sempre *instrumental*, por isso mesmo flutuante ao sabor do que na «sociedade civil» se passava. Dentro do MFA foi sempre possível distinguir, ainda que com contornos nem sempre precisos, os «porta-vozes» dos projectos políticos que na sociedade abertamente se defrontavam: o projecto conservador (spínolistas), o projecto social-democrata (meloantunistas, mais tarde «Grupo dos 9»), o projecto comunista (a chamada «esquerda militar»), o projecto inorgânico/virtual do chamado «poder popular» (COPCON). Note-se até, o que é curioso, que o comportamento político do MFA revela, na sua evolução, uma surpreendente consonância com as alterações das relações de forças políticas na sociedade. Em Agosto de 1975, só aparentemente as forças próximas do PCP «tomam o poder» com a posse do V Governo. Na realidade, a relação de forças *já estava invertida*, e o MFA foi disso imediato reflexo, como se pode concluir pela impossibilidade de afastamento do «Grupo dos 9» e pela facilidade com que em Tancos é eliminado Vasco Gonçalves. Aliás, o próprio PCP já o tinha compreendido: A. Cunhal, na reunião do C. Central de 10 de Agosto, marca as distâncias relativamente ao V Governo «por não ter suficiente apoio militar» (ou será apenas um «reescrever da História», já que esses textos de Cunhal só anos depois foram publicados?).

— enfim, o MFA não pôde igualmente evitar o risco, de que falámos no início, inerente a qualquer golpe militar «progressista» (no sentido de «democratizante»): as palavras de ordem de «liberdade» e «democracia», explosivas ao fim de 40 anos de mordança, chegam a todo o lado, *incluindo os quartéis*. Pela primeira vez, os soldados são Forças Armadas, e desfiguram-nas ao sê-lo. Eles assumem-se como cidadãos que são («os soldados são filhos do povo»), logo *intervenientes*: a ordem e disciplina tradicionais são substituídas pela ordem e (ausência de) disciplina «revolucionária». O MFA, coligação precária como se viu, não tem poder para deter a desintegração de uma instituição que deixou de ser «o aparelho militar profissional» para ser um desmesurado corpo englobando *toda*

a tropa: desintegração «por dentro», pois, mas também por via da «excessiva» intimidade com os violentos confrontos sociais e com as forças que os protagonizam e que — como tanto se disse, e bem — tentavam «instrumentalizar» tudo o que fosse fardado. O MFA e, na generalidade, o aparelho militar, divide-se cada vez mais, mas sobrevive sem recorrer ao conflito armado, em boa parte (talvez mais do que se julga) devido à «camaradagem», às relações «de mato» e de «caserna» que, finalmente, se revelam mais fortes do que os antagonismos políticos de oficiais de convicções ideológicas recentes, facilmente aplacadas entre dois copos e a invocação de comuns «desenrascãos».

Houve muito quem, na altura, apelasse para um MFA supra-partidário, um MFA acima das «querelas políticas» (eu também escrevi sobre isso, em Junho de 1975...). Hoje compreendemos claramente que isso simplesmente *não era possível*, pois a luta política esteve, desde o primeiro momento e cada vez mais, *dentro* do MFA, ainda que por interpostas pessoas.

6. Enfim o 25 de Novembro é, acima de tudo, um *acto de sobrevivência da instituição militar*. O seu objectivo primeiro é a re-agregação das Forças Armadas, a sua restituição à estrutura rígida e disciplinada sem a qual *não existem*. O 25 de Novembro foi, contrariamente ao 25 de Abril, uma acção sobretudo militar, subsidiariamente servindo os interesses políticos «conservadores». Não me recordo sequer que nessa altura se tenham invocado razões de «salvação nacional»: creio que só mais tarde os políticos (e militares-políticos) vieram a «ler» o 25 de Novembro como «retorno à pureza dos ideais (políticos) de Abril». Neste aspecto, é mais do que simbólico o facto de nem sequer ter mudado o... «número» do Governo, coisa que sempre sucedeu, antes e depois de Novembro, mesmo por ocasiões de crises políticas aparentemente bem menores.

7. Em resumo, esta coligação de última instância, com mecanismos próprios de «desdramatização de conflitos», que foi o MFA, terá sido o dissuasor da guerra civil (como tantas vezes, e com razão, se tem afirmado), mas foi igualmente o dissuasor da revolução. Dizemo-lo como constatação *objectiva*, sem fazer intervir qualquer juízo de valor.